

Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Administradores da
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 13 de dezembro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de julho de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	42	34	Fornecedores		1.532	1.124
Investimentos de curto prazo	3	35.394	-	Empréstimos e financiamentos	6	1.412	-
Contas a receber de clientes		742	-	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		10.534	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		402	130	Contas a pagar a partes relacionadas		159	21
Outros tributos a recuperar		326	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		30	1
Outros ativos	4	28.402	-	Outros tributos a pagar		45	101
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		65.308	164	Outras obrigações		10.735	-
				TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		24.447	1.247
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados		2.947	-	Empréstimos e financiamentos	6	126.746	-
Outros ativos	4	370	927	Contas a pagar a partes relacionadas		2.372	1.057
Imobilizado, líquido	5	231.979	111.601	Passivo de arrendamento		5.009	4.855
Intangível, líquido		3.726	2.740	Tributos diferidos		898	-
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		239.022	115.268	Outras obrigações		1.115	30
				TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		136.140	5.942
				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
				Capital social subscrito		124.343	113.668
				Capital social a integralizar		-	(5.108)
				Adiantamento para futuro aumento de capital		7.759	-
				Prejuízos acumulados		-	(317)
				Reservas de lucros		11.641	-
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	143.743	108.243
TOTAL DO ATIVO		304.330	115.432	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		304.330	115.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	8	28.231	-
Custo de produção e operação de energia	9	(4.122)	-
LUCRO BRUTO		24.109	-
CUSTOS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas		(269)	(156)
Outras despesas (receitas) operacionais		14	(15)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(255)	(171)
RESULTADO BRUTO		23.854	(171)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		3.341	11
Despesas financeiras		(3.355)	(10)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	10	(14)	1
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		23.840	(170)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(450)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(898)	-
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	11	(1.348)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		22.492	(170)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	22.492	(170)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	22.492	(170)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reservas de lucros						Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva Legal	Reserva de investimentos	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		224.150	(201.122)	-	-	-	(147)	22.881
Integralização de capital		-	85.532	-	-	-	-	85.532
Redução do capital		(110.482)	110.482	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(170)	(170)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	113.668	(5.108)	-	-	-	(317)	108.243
Integralização de capital		-	5.108	-	-	-	-	5.108
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	7.759	-	-	-	7.759
Aumento de capital		42.030	-	-	-	-	-	42.030
Redução do capital		(31.355)	-	-	-	-	-	(31.355)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	22.492	22.492
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	1.109	-	(1.109)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(10.534)	(10.534)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	-	10.532	(10.532)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	124.343	-	7.759	1.109	10.532	-	143.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F7 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.492	(170)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	1.196	179
Receita de aplicação financeira em investimento de curto prazo	10	(2.810)	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados		(190)	1
Juros sobre passivo de arrendamento		478	444
Encargos financeiros de dívidas	10	4.758	-
Amortização de custos de transação	10	41	-
		25.965	454
Varição de ativos e passivos operacionais		(13.878)	375
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(390)	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		1.030	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.727	829
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(122.884)	(86.334)
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo		(33.979)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(156.863)	(86.334)
Atividades de financiamentos:			
Adiantamento para futuro aumento de capital		7.759	-
Aumento (redução) de capital, líquido	7	15.783	85.532
Ingressos de novos empréstimos e financiamentos	6	124.342	-
Custo de empréstimos e financiamentos (custos de transação e prêmios)	6	(983)	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de pagamento, líquido		(2.757)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		144.144	85.532
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		8	27
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		34	7
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		42	34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. (“Companhia”), cuja sede está localizada na Fazenda Conga, s/nº, na cidade de Tucano, Estado da Bahia, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 30 de dezembro de 2019 e tem por objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica. A Companhia é integrante do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia. Por meio da Resolução Autorizativa nº 8.822 de 19 de maio de 2020 a ANEEL autorizou a Companhia a implantar e explorar a Central Geradora Eólica Tucano F7 por 35 anos, sob o regime de Autoprodução de Energia Elétrica. Atualmente, o parque se encontra em construção com previsão de início de operação em julho de 2023.

A Companhia foi adquirida em 13 de fevereiro de 2020, e passou a ser controlada diretamente pela Tucano Holdings III S.A. e indiretamente pela AES Tucano Holding I S.A.

Por meio dos despachos nº 0.632, 0.711, 0.902, e 3.652 emitidos pela ANEEL em 08 de março de 2023, 14 de março de 2023, 03 de abril de 2023 e 21 de dezembro de 2022 respectivamente, a Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A., teve a liberação das unidades geradoras para operação comercial, com capacidade instalada de 6,2 Mw cada, para início de operação no primeiro dia subsequente à data de emissão.

Apesar dos despachos supracitados, a Companhia tem expectativa de que seja efetivamente iniciada em julho de 2023.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Tucano F7	ACL	REA 8822/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	9	55,8	26,8

Comercialização de energia

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
PPA Unipar (ACL)	UNIPAR/CARBOCLORO	196.925	274,03	jan/23	dez/42	IPCA	Janeiro

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 07 de julho de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista.

A Administração seguirá com um plano operacional de melhoria no desempenho do ativo, investimento em operação e manutenção (O&M) e garantia de disponibilidade dos aerogeradores. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Numerário disponível	42	34
Subtotal	42	34
Investimentos de curto prazo	2022	2021
CDB-DI	35.394	-
Subtotal	35.394	-
Total	35.436	34

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos de curto prazo, estão representados por operações com CDBs com liquidez e rentabilidade média de 99,77% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 OUTROS ATIVOS

	2022	2021
Circulante		
Multas por atrasos (i)	28.402	-
Subtotal	28.402	-
Não circulante		
Custos de transação BNB	-	556
Outros (ii)	370	371
Subtotal	370	927
Total	28.772	927

(i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

(ii) Hipoteca: Associação Comercial Força da Aliança.

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado, com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A provisão para desmantelamento será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até o fim da vida útil do parque e, nesse mesmo instante, será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2022			2021	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	18.873	(343)	18.530	5.859
Máquinas e equipamentos	4,00%	109.478	(757)	108.721	7.180
Imobilizado em serviço		128.351	(1.100)	127.251	13.039
Imobilizado em curso (i)		101.333	-	101.333	94.731
Bens vinculados às concessões e autorizações		229.684	(1.100)	228.584	107.770
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	3.773	(378)	3.395	3.831
Total		233.457	(1.478)	231.979	111.601

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Remensuração	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.879	-	12.994	-	18.873
Máquinas e equipamentos	7.204	-	102.274	-	109.478
Imobilizado em serviço	13.083	-	115.268	-	128.351
Imobilizado em curso	94.731	121.870	(115.268)	-	101.333
Bens vinculados às concessões e autorizações	107.814	121.870	-	-	229.684
Direito de uso de terreno arrendado	4.077	-	-	(304)	3.773
Subtotal	111.891	121.870	-	(304)	233.457
Depreciação / Amortização arrendamento	(290)	(1.188)	-	-	(1.478)
Total líquido	111.601	120.682	-	(304)	231.979

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	5.879	5.879
Máquinas e equipamentos	-	-	7.204	7.204
Imobilizado em serviço	-	-	13.083	13.083
Imobilizado em curso	22.472	85.342	(13.083)	94.731
Bens vinculados às concessões e autorizações	22.472	85.342	-	107.814
Direito de uso de terreno arrendado	4.077	-	-	4.077
Subtotal	26.549	85.342	-	111.891
Depreciação / Amortização arrendamento	(111)	(179)	-	(290)
Total líquido	26.438	85.163	-	111.601

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou em preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em julho de 2021, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) no montante de R\$124.343. A operação possui custo de IPCA + 2,26% a.a., prazo de 24 anos. A operação é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Safra cobrindo 100% do saldo desembolsado, garantia essa exigida por praxe pelos financiamentos contratados junto ao BNB.

Em 24 de fevereiro, 30 de abril, 28 de junho e 04 de outubro de 2022, a Companhia recebeu os respectivos valores de R\$48.287, R\$2.166, R\$61.456 e R\$12.434 referentes ao empréstimo firmado junto ao BNB, tendo por objetivo a implantação da central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada Parque Eólico Tucano.

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Vencimento	2022								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	
BNB 2045	45	1.423	(56)	1.412	4.713	122.920	(887)	126.746	128.158
Total	45	1.423	(56)	1.412	4.713	122.920	(887)	126.746	128.158

a. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:**

	Empréstimos e financiamento
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-
Ingressos	124.342
Encargos financeiros	4.758
Diferimento custos de transação	(983)
Amortização custos de transação	41
Saldos em 31 de dezembro de 2022	128.158

b. **Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:**

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNB	124.342	fev/22	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	128.158	set/45	Financiamento do Projeto Eólico Tucano

c. **Parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.**

	Empréstimos e financiamentos	Encargos	Custos de transação	Total
2024	3.955	151	(61)	4.045
2025	5.706	218	(62)	5.862
2026	6.242	239	(62)	6.419
2027	6.811	261	(62)	7.010
2028	6.574	252	(60)	6.766
Após 2029	93.632	3.592	(580)	96.644
Total	122.920	4.713	(887)	126.746

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$124.343 (R\$113.668 em 31 de dezembro de 2021), composto por 124.342.685 (113.667.990 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem nominal.

Aumento de capital

No período de janeiro a abril de 2022, a AES Tucano Holding III S.A realizou a integralização de capital no montante de R\$5.108.

Em 16 de maio de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$31.890, mediante a emissão de 31.890.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor contábil. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$145.558, composto por 145.557.990 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Em 31 de maio de 2022, foi realizada a AGE para deliberar sobre o aumento de capital no montante de R\$10.140, mediante a emissão de 10.140.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor contábil. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Desse modo, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$155.698, composto por 155.697.990 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 01 de junho de 2022, foi realizada a AGE para tratar sobre a redução de capital no montante de R\$31.355, mediante a restituição de capital à acionista Tucano Holding III S.A. em moeda corrente, e o cancelamento de 31.355.304 ações ordinárias nominativas. Assim, o capital da Companhia passou a ser de R\$124.343 dividido em 124.342.685 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

7.2 Reserva de Lucros

(a) Reserva Legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$1.109, através da transferência de 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, após absorção dos prejuízos acumulados.

(b) Reserva de investimentos

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2022. A Companhia constituiu R\$10.532 a título de reserva de investimentos.

7.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

8 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

	2022	2021
	R\$	R\$
Mercado de curto prazo	901	-
Lucro cessante (i)	28.402	-
Receita operacional bruta	29.303	-
(-) PIS e COFINS	(1.070)	-
(-) ICMS	(2)	-
Total	28.231	-

- i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

9 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2022	2021
Custo de produção e operação de energia		
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.902)	-
Subtotal	(2.902)	-
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(24)	-
Depreciação e amortização	(1.196)	-
Subtotal	(1.220)	-
Total	(4.122)	-

10 RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.810	5
Variações monetárias	530	7
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(1)
Outras receitas financeiras	1	-
Total	3.341	11
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(4.799)	-
Tarifas e encargos bancários	(5)	(3)
IOF	(2)	(1)
(-) Transferência para imobilizado	1.464	-
Outras despesas financeiras	(13)	(6)
Total	(3.355)	(10)
Total líquido	(14)	1

11 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, diferente do que ocorreu em 2021, quando a apuração do imposto de renda e da contribuição social foi realizada com base na forma de tributação do lucro real, e a Companhia não apurou lucro tributável.

No regime de tributação pelo lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	2022	
	IRPJ	CSLL
<u>IRPJ/CSLL</u>		
Receita operacional tributável	159	159
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	13	19
Outras receitas	1.381	1.381
Base de cálculo	1.394	1.400
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(209)	(126)
Adicional (10%)	(115)	-
IRPJ e CSLL corrente	(324)	(126)
IRPJ e CSLL diferido	(583)	(315)
Total tributos no resultado	(907)	(441)

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Notas	2022		2021		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	42	42	34	34	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	35.394	35.394	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		742	742	-	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		2.947	2.947	-	-	Custo amortizado
Total		39.125	39.125	34	34	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		1.532	1.532	1.124	1.124	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	128.158	128.158	-	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		5.009	5.009	4.855	4.855	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		10.534	10.534	-	-	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas		2.531	2.531	1.078	1.078	Custo amortizado
Total		147.764	147.764	7.057	7.057	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica de empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
Investimentos de curto prazo	35.394	-
Contas a receber de clientes	742	-
Cauções e depósitos vinculados	2.947	-
Total	39.083	-

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	128.158	-
Caixa e equivalentes de caixa	(42)	(34)
Investimentos de curto prazo	(35.394)	-
Cauções (garantias de financiamento)	(2.947)	-
Dívida líquida	89.775	(34)
Patrimônio líquido	135.833	108.243
Dívida líquida / Patrimônio líquido	66,09%	-0,03%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.532	-	-	-	-
Contas a pagar a partes relacionadas	2.531	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.959	22.261	43.800	147.512
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	10.534	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	(2)	228	4.783
Total	4.063	12.493	22.259	44.028	152.295

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Investimentos de curto prazo	35.394
Cauções e depósitos vinculados	2.947
Empréstimos e financiamentos	(129.101)
Passivo de arrendamento	(5.009)
Total	(95.769)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a IPCA, e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos.

Ressarcimento	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
BNB	IPCA	(129.101)	(3.382)	(5.061)	(6.752)	(8.443)	(10.134)
Impacto no resultado			(3.382)	(5.061)	(6.752)	(8.443)	(10.134)
Total da exposição líquida			(3.382)	(5.061)	(6.752)	(8.443)	(10.134)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

13 EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital

Em 12 de junho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$7.759, mediante a emissão de 7.759.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$132.102, composto por 132.101.685 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.